



# Plano de Atividades 2013





## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- ABCD – Agência Brasileira de Controlo de Dopagem
- ACIDI – Alto Comissariado para a imigração e Diálogo Intercultural, I. P.
- ADoP - Autoridade Antidopagem de Portugal
- AIDEM – Agência Independente do Desporto e do Mar
- AMA – Agência Mundial Antidopagem
- AMA – Agência para a Modernização Administrativa
- ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino
- AR – Alto Rendimento
- CDNJ – Centro Desportivo Nacional do Jamor
- CMMC - Centros Municipais de Marcha e Corrida
- CNAD – Conselho Nacional Antidopagem
- CNID – Associação dos Jornalistas de Desporto
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CSCQ - *Centre Suisse de Controle de Qualité*
- DGPM – Direção-Geral de Política do Mar
- DGPM – Direção-Geral de Política do Mar
- DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais
- ESPAD - Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem
- IMIM – *Institut Municipal d'Investigació* Médica
- IPAC – Instituto Português de Acreditação, IP
- IPDJ, I. P. - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.,
- LAD – Laboratório de Análises de Dopagem
- NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos



OTL – Ocupação de Tempos Livres

PAE - Programa de Apoio Estudantil

PAI – Programa de Apoio Infraestrutural

PAJ – Programa de Apoio Juvenil

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

PNED - Plano Nacional de Ética Desportiva

PNMC – Programa Nacional Marcha e Corrida

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

PREMAC - Plano de redução e Melhoria da Administração Central do Estado

RNAJ - Registo Nacional do Associativismo Jovem

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
CARACTERIZAÇÃO DO IPDJ, I.P. ....	8
ATRIBUIÇÕES DO IPDJ, I.P. ....	9
PARA QUEM ATUAMOS E COM QUEM NOS RELACIONAMOS.....	12
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
ÁREAS DE INTERVENÇÃO – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	14
1. Desporto para Todos e Desporto de Alto Rendimento.....	15
2. Formação e Qualificação.....	18
3. Juventude.....	20
4. Ética no desporto .....	23
5. Gestão e Sustentabilidade Financeira.....	28
ÁREAS DE INTERVENÇÃO TRANSVERSAIS .....	30
Informação e Comunicação.....	30
RECURSOS HUMANOS .....	31
RECURSOS FINANCEIROS .....	32
INFRAESTRUTURAS .....	35
INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS.....	35
ANEXO I – QUAR IPDJ, I.P.....	36

## INTRODUÇÃO

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., criado pelo Decreto-Lei nº 98/2011, de 21 de Setembro, pioneiro no âmbito do Plano de redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), resulta da fusão e sucede na totalidade das atribuições e competências, nos direitos e obrigações, do Instituto do Desporto de Portugal, I.P. e do Instituto Português da Juventude, I.P., de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 22º do referido diploma.

Neste sentido, foi elaborado o presente documento, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro, tendo sido delineado a partir das áreas de intervenção, dos objetivos estratégicos – estabelecidos no Programa do XIX Governo – com base nos quais foram definidos os objetivos operacionais integrados no presente Plano de Atividades do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. para o ano 2013, e na proposta de QUAR.

Para além daqueles objetivos, foram formulados objetivos operacionais por área de intervenção, alguns não diretamente relacionados com os objetivos estratégicos mas que consubstanciam projetos e atividades a desenvolver no âmbito da missão e das atribuições cometidas ao Instituto, designadamente no âmbito da melhoria da gestão e organização internas.

Fundadas nos **objetivos estratégicos** superiormente traçados, as atividades e modelo operacional contidos no presente documento, servem o propósito de construir o que se pensa ser o caminho mais adequado para dar o melhor seguimento à prossecução das atividades nas áreas do Desporto e da Juventude. Dá-se conta das atribuições genéricas e específicas do IPDJ, I.P. respondendo, ao mesmo tempo, às particularidades dos públicos e da ação.

O compromisso a assumir na área do desenvolvimento do sistema desportivo nacional, passará por um princípio de **Desporto com Todos e Para Todos**, fomentado numa abordagem transetorial, que criará sinergias e boas práticas, enquadradas em princípios de atuação éticos, justos e coesos, envolvendo setores como a Saúde, Educação, Ambiente, Planeamento e Transportes. Estão definidas medidas concretas para diferentes segmentos, desde o desporto de base até ao desporto de alto rendimento.

Um dos objetivos principais centra-se no contributo ativo do organismo, para o aumento da participação dos cidadãos na prática desportiva de forma regular, continuada e com níveis de qualidade elevados, inserida num ambiente seguro e saudável.

Outro dos objetivos a ter em conta prende-se com a promoção e salvaguarda dos valores e princípios de ética desportiva através da execução do Plano Nacional de Ética Desportiva. Assume neste domínio particular relevância a Autoridade Antidopagem de Portugal, sendo o Programa Nacional Antidopagem uma das componentes mais importantes da política de luta contra a dopagem implementada no nosso País.



Neste Programa inclui-se o número de ações de controlo de dopagem a efetuar; a distribuição das modalidades por grupos de risco; a distribuição dos controlos de dopagem pelas modalidades; a distribuição dos controlos de dopagem em competição e fora de competição e a proporção de controlos de dopagem urinários e sanguíneos.

Nele também se incluem iniciativas no âmbito da Campanha “JUNTOS será+fácil”, que visa a informação e a educação dos praticantes desportivos, do seu pessoal de apoio e de todos os agentes desportivos que podem contribuir para um desporto livre de práticas de dopagem e para a proteção da saúde dos praticantes desportivos.

No âmbito da cooperação internacional, a ADoP continuará a participar em diversas atividades da União Europeia, do Conselho da Europa e da Agência Mundial Antidopagem, nomeadamente no processo de revisão do Código Mundial Antidopagem e das respetivas Normas Internacionais. Também neste âmbito, continuará a desenvolver parcerias com outras agências nacionais antidopagem de outros países, nomeadamente com o Brasil na implementação da ABCD – Agência Brasileira de Controlo de Dopagem e a estabelecer novas parcerias com organizações antidopagem.

O investimento na qualificação dos agentes desportivos será de grande relevância. Aumentar a eficiência e eficácia do sistema de **Certificação de Recursos Humanos do Desporto** no cumprimento do quadro legal em vigor é um dos objetivos estabelecidos.

No que se refere à **dimensão internacional do desporto português**, apoiar o desporto de alto rendimento e as seleções nacionais, investindo no progresso técnico e na melhoria da qualidade competitiva no plano internacional, nomeadamente no que se refere aos projetos olímpicos e paralímpicos será considerado como objetivo fundamental. Nesse domínio, revela-se de extrema importância, o trabalho a desenvolver ao nível dos projetos “Esperanças Olímpicas” e “Esperanças Paralímpicas” no apoio e preparação dos jovens talentos e seleções nacionais de modalidades coletivas dos escalões etários mais jovens que tenham como objetivo garantir o apuramento para os Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos de 2020.

O apoio médico-desportivo aos atletas de **Alto Rendimento, das Seleções Nacionais**, Clubes Desportivos e população desportiva em geral será assegurado por serviços do Departamento de Medicina Desportiva em variadas valências, permitindo disponibilizar o acesso aos atletas de diferentes serviços especializados, incluindo a avaliação e controlo de treino, sendo neste domínio os serviços a prestar na unidade médico desportiva localizada no Centro Desportivo Nacional do Jamor.

O Centro Desportivo Nacional do Jamor é um espaço global, cuja prioridade é a excelência do desporto de alto rendimento e os seus atores, sem esquecer, no entanto, o desporto recreativo e de lazer. Um pulmão verde no coração da Grande Lisboa, que apela à quietude e à



interioridade. Um lugar para atletas, famílias ou simples amantes do desporto e da mãe-natureza. Um lugar que procura deixar a sua marca no futuro.

Este Centro ocupa uma área com cerca de 200 hectares do concelho de Oeiras e acolhe tanto os atletas da prática desportiva federada e da alta competição como os visitantes que pretendem assistir aos eventos desportivos, os habitantes dos concelhos limítrofes que utilizam as zonas de lazer, os circuitos de manutenção e outros serviços desportivos existentes e ainda escolas de todo o país que visitam regularmente este espaço desportivo polivalente.

Em relação ao Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ), 2013 será o ano onde se vão efetuar intervenções e considerações do pensamento estratégico, tanto ao nível das instalações desportivas e suas funções como da definição do modelo de gestão e manutenção das infraestruturas e dos espaços existentes.

Tudo isto com a finalidade de dotar este Centro Desportivo com as necessárias e adequadas condições de forma a considerá-lo como uma referência de excelência, tanto a nível Nacional como Internacional, na promoção e desenvolvimento do Desporto e do Apoio ao Alto Rendimento.

Na área da **juventude**, a intervenção deverá privilegiar a implementação de uma política de juventude **transversal**, através de programas próprios e parcerias estratégicas, valorizando a Educação não formal e a aplicação de metodologias ativas, privilegiando uma política de **proximidade** sustentado no diálogo estruturado com os jovens e as suas plataformas representativas.

Num contexto económico e social especialmente difícil, apoiar os jovens, proporcionar-lhes os instrumentos e os meios para que possam abrir o caminho para que criem as suas próprias oportunidades, estimular e desenvolver com eles as respostas adequadas às suas necessidades e do país, potenciando as suas energias, criatividade, força, vontade voluntária, capacidades e conhecimentos, individual e coletivamente, significa tornar a sua **cidadania plena, presente e contribuir para a inclusão social dos jovens**.

Incentivar os jovens na aquisição de valores e práticas empreendedoras, estimulando a inovação e a criatividade, disponibilizando instrumentos e meios que possam contribuir para a promoção de uma cultura empreendedora e apoiar projetos de **empendedorismo** na vertente cultural, social e económica estará nas prioridades da Ação, contribuindo para uma necessária diminuição do Desemprego Jovem.

Este plano reforça a aposta no **Associativismo Jovem** e na **Educação Não Formal**, enquanto escola de cidadania, de participação, de aquisição e desenvolvimento de competências, de concretização de projetos pessoais e coletivos dos jovens.

Paralelamente prevê-se um reforço do papel do IPDJ na promoção do **voluntariado** e da **Ocupação de Tempos livres** dos jovens, assim como o desenvolvimento de programas que

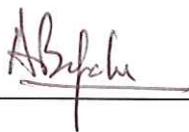
contribuam para a promoção de **Estilos de Vida Saudáveis**, da **igualdade de Género**, da **Participação Cívica dos Jovens**.

Pretende-se conjugar a experiência e trabalho firmado em áreas de tão grande impacto e importância transversal, com a necessária dinâmica e reordenação que um processo de fusão implica e que constitui, cremos, uma oportunidade ímpar para harmonizar e fomentar proficuamente os saberes, experiências e atuações das áreas da juventude e do desporto, junto dos jovens e das populações.

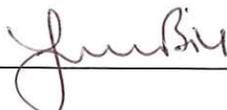
As páginas que se seguem compaginam as opções estratégicas do IPDJ, I.P. no prosseguimento da sua missão.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2013

O Conselho Diretivo do IPDJ, I.P.



Augusto Baganha, Presidente



João Bibe, Vice-presidente



Lídia Praça, Vogal



Ricardo Araújo, Vogal

## CARACTERIZAÇÃO DO IPDJ, I.P.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

O IPDJ, I. P., prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro, ou do membro do Governo com responsabilidade na área do desporto e da juventude.

### A) *Missão*

O IPDJ, I.P., tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

### B) *Visão*

Ser uma organização de reconhecida referência nacional e internacional no desenvolvimento de políticas públicas para as áreas do desporto e juventude.

### C) *Valores Institucionais*



#### **D) Jurisdição territorial**

O IPDJ, I. P., é um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional, com sede em Lisboa. A nível regional funcionam serviços desconcentrados, designados por Direções Regionais do Norte, com sede no Porto, do Centro, com sede em Coimbra, de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa, do Alentejo, com sede em Évora, e do Algarve, com sede em Faro.

O âmbito territorial dos serviços desconcentrados corresponde ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente.

### **ATRIBUIÇÕES DO IPDJ, I.P.**

#### **As principais atribuições:**

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;
- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;
- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;



- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

### ***O Desporto em Evidência:***

---

- a) Prestar apoio e propor a adoção de programas para a integração da atividade física e do desporto nos estilos de vida saudável quotidiana dos cidadãos e apoiar técnica, material e financeiramente o desenvolvimento da prática desportiva, assim como o desporto de alto rendimento e as seleções nacionais;
- b) Propor e aplicar medidas preventivas e repressivas no âmbito da ética no desporto, designadamente no combate à dopagem, à corrupção, à violência, ao racismo e à xenofobia no desporto, bem como na defesa da verdade, da lealdade e correção das competições e respetivos resultados;
- c) Propor a adoção do controlo médico-desportivo no acesso e na prática desportiva;
- d) Velar pela aplicação das normas relativas ao sistema de seguro dos agentes desportivos;
- e) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas ou privadas, a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre os indicadores da prática desportiva e os diferentes fatores de desenvolvimento da atividade física e do desporto.

### ***A Juventude em Destaque:***

---

- a) Apoiar a definição das políticas públicas para a juventude, designadamente através da adoção de medidas de estímulo à participação cívica dos jovens em atividades sociais, económicas, culturais e educativas;
- b) Acompanhar a execução das políticas públicas de juventude;
- c) Apoiar o associativismo jovem, nos termos da lei, mantendo atualizado o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ);
- d) Apoiar técnica e financeiramente os programas desenvolvidos non âmbito da Lei do Associativismo Jovem;



- e) Promover a implementação de programas destinados a responder às necessidades e especificidade do universo jovem, nomeadamente nas áreas de ocupação de tempos livres, do voluntariado, do associativismo, da educação não-formal e da formação;
- f) Promover e implementar mecanismos de estímulo e apoio à iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens;
- g) Promover ações de sensibilização e aconselhamento, em particular nas áreas da saúde, comportamento de risco, proteção de menores e ambiente, visando assegurar a realização e o bem-estar dos jovens;
- h) Apoiar a mobilidade dos jovens, promovendo a construção de infraestruturas de alojamento e dinamizando, em particular, a rede nacional de pousadas da juventude, segundo critérios de racionalidade geográfica e demográfica, bem como de eficiência económica;
- i) Incentivar o intercâmbio juvenil, promovendo a participação e integração em organismos comunitários e internacionais e em projetos de cooperação e desenvolvimento social e económico;
- j) Promover o estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas de âmbito regional, nacional ou internacional, com vista à prossecução das políticas de juventude.

O IPDJ, I.P., pode estabelecer relações de cooperação, no âmbito das suas atribuições, com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sem que tais relações de cooperação impliquem delegação ou partilha de atribuições e competências.

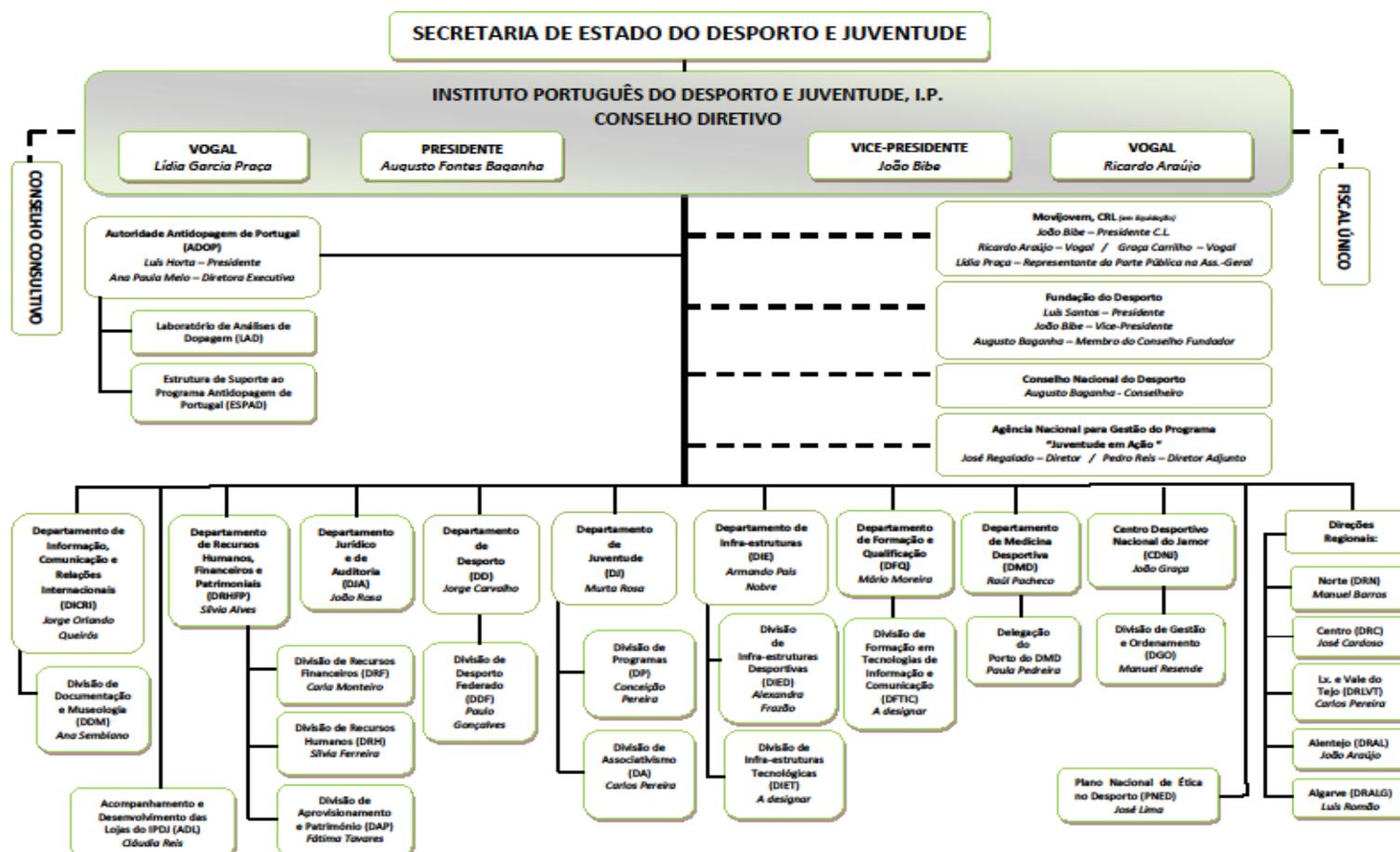
## PARA QUEM ATUAMOS E COM QUEM NOS RELACIONAMOS

No desenvolvimento da sua atividade, o IPDJ, I.P. relaciona-se com diversas *Stakeholders* que contribuem para a prestação de serviços ou são destinatários desses serviços, é no fundo, com eles e para eles, que se encontram orientadas as opções estratégicas.



- Presidência do Conselho de Ministros;
- Conselho Nacional do Desporto;
- Comité Olímpico de Portugal;
- Comité Paralímpico de Portugal;
- Federações Desportivas com Utilidade Pública Desportiva;
- Liga Portuguesa de Futebol Profissional;
- Clubes e Associações Desportivas;
- Administração Pública Desportiva Regional;
- Autarquias Locais;
- Desporto Escolar;
- Entidades representativas dos praticantes desportivos e restantes agentes desportivos;
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Organismos Internacionais: União Europeia, Conselho de Europa, UNESCO;
- Agência Mundial Antidopagem;
- Universidades;
- Outros estabelecimentos de ensino;
- Empresas;
- Direção-Geral de Política do MAR (DGPM);
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM);
- Cidadãos em geral;
- Jovens;
- Associações de Jovens;
- Instituições públicas e privadas.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



## ÁREAS DE INTERVENÇÃO – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				
		OE1. Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais	OE2. Reforçar e valorizar competências e formação profissional	OE3. Fomentar a participação e inclusão social dos Jovens com a implementação de programas	OE4. Promover a valorização da cidadania e da ética no desporto, procurando erradicar comportamentos antissociais e ilegais	OE5. Garantir a sustentabilidade financeira
		OBJETIVOS OPERACIONAIS				
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Desporto para Todos e Desporto de Alto Rendimento	OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais.				
	Formação e Qualificação		OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos recursos humanos.			
	Programas de apoio aos jovens			OO3. Fomentar junto dos jovens o empreendedorismo, a participação cívica, o voluntariado, a igualdade de género e os estilos de vida saudáveis.		
	Associativismo			OO4. Apoiar o associativismo jovem e contribuir para a valorização e reconhecimento da educação não formal.		
	Ética no desporto				OO5. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem	
	Gestão e Sustentabilidade Financeira					OO6. Redução da dívida a terceiros a mais de 90 dias OO7. Promover medidas para aumentar a receita própria

Uma vez definidos os **objetivos estratégicos, as áreas de intervenção e respetivos objetivos operacionais para 2013** foram estabelecidas as medidas de concretização que o IPDJ, I.P se propõe realizar. Neste âmbito, são enunciadas as ações das Unidades Orgânicas, Departamentos e Serviços.

Apresentam-se, a seguir, quadros síntese organizados por objetivos, medidas de concretização e ações a realizar, construídos a partir dos contributos recebidos. Deste modo, procura-se vincular as unidades orgânicas e serviços à prossecução dos objetivos estratégicos.

Este Plano de Atividades pretende funcionar como uma ferramenta facilitadora do processo de gestão e implementação das ações ao longo do ano, permitindo proceder a ajustes do planeamento sempre que se verifiquem desvios às metas preconizadas.

### 1. Desporto para Todos e Desporto de Alto Rendimento

O IPDJ, I.P. apoiará a criação de melhores condições organizacionais e operacionais das federações desportivas através da comparticipação dos custos da sua atividade no que diz respeito à sua estrutura interna, à organização de quadros competitivos, ao desenvolvimento da atividade desportiva, ao apoio a clubes e agrupamentos de clubes filiados, à implementação de projetos inovadores de desenvolvimento da prática desportiva, com incidência nos cidadãos mais vulneráveis, garantindo a qualificação dos Recursos Humanos do Desporto.

Será assegurado o apoio à criação de melhores condições organizacionais e operacionais das federações desportivas através da comparticipação nos custos da sua atividade no que diz respeito à sua estrutura interna, à organização de quadros competitivos, ao desenvolvimento da atividade desportiva, ao apoio a clubes e agrupamentos de clubes filiados, à implementação de projetos inovadores de desenvolvimento da prática desportiva juvenil, feminina, e também na área do desporto adaptado.

#### **OE1: Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais**

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<b>OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento</b>	<b>Programa Nacional Marcha e Corrida</b> Programa de referência na vertente da marcha e corrida que pretende contribuir para um melhor esclarecimento dos portugueses na importância da aquisição de hábitos de vida saudáveis e mobilizar as pessoas para o aumento dos índices de prática de atividade física.	

do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais

### **Criação de CMMC - Centros Municipais de Marcha e Corrida e formação dos monitores.**

- Validação de cada Centro, que recorre de uma necessidade regulamentar do PNMC, como forma de garantir a qualidade e cumprimento de requisitos necessários à abertura de cada CMM, acordo com os seus percursos e condições;
- Visitar e apoiar tecnicamente as autarquias, enquanto centros mais ativos.

### **Promoção de estilos de vida saudáveis e cooperação intersectorial:**

- Estimular a execução de projetos que tenham como finalidade o reforço da participação das mulheres e dos jovens na prática do desporto;
- Apoiar a dinamização e operacionalização de projetos, em especial do desporto escolar e no ensino superior e nas áreas da saúde e da inclusão social;
- Promover o desenvolvimento do desporto junto das pessoas com deficiência e da população sénior;
- Articulação horizontal entre o IPDJ, I.P e os diferentes organismos da Administração Pública, designadamente, com a DGSP – desporto nas prisões; ACIDI – desporto entre a população migrante e DGPM/AIDEM – desporto e mar.

### **Apoio a entidades:**

- Apoio às Federações Desportivas, na instrução dos processos relativos ao apoio técnico, material e financeiro a conceder no âmbito do desporto federado;
- Apoio, nos termos da lei, aos clubes de praticantes e às associações promotoras de desporto.

### **Apoio às Seleções Nacionais e ao Alto Rendimento (AR)**

Na concessão de apoio financeiro para o AR e seleções nacionais, prioritariamente, às modalidades que atualmente são titulares de classificações relevantes nos escalões absolutos em Campeonatos do Mundo e da Europa e às que se encontrarem a disputar

DD/DRs/DJ/

CDNJ

qualificações em fases avançadas em modalidades que estão inseridas no Programa Oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, designadamente:

- Apoio financeiro ao desenvolvimento dos programas de alto rendimento e seleções nacionais das diferentes federações desportivas;
- Apoio na preparação e participação dos praticantes desportivos, designadamente dos praticantes desportivos em regime de alto rendimento e das seleções nacionais nas principais competições internacionais;
- Instrução dos processos de concessão de bolsas académicas aos praticantes de alto rendimento;
- Apoio ao AR com a cooperação na organização de eventos desportivos oriundos de Federações ou de outros promotores;

#### **Medicina Desportiva**

Apoio médico-desportivo aos atletas de Alto Rendimento, das Seleções Nacionais, Clubes Desportivos e população desportiva em geral será assegurado pelos serviços do Departamento de Medicina Desportiva, designadamente:

- Com a prestação de cuidados de saúde aos atletas federados na realização de exames médico-desportivos, de consultas de especialidades e tratamentos;
- Assegurar e reforçar a formação em serviço com a realização de reuniões de serviço, clínicas e comunicações em Seminários e Congressos;
- Melhorar a qualidade da referenciação médica, com a criação de Normas de orientação Clínica;
- Aumentar as atividades de avaliação e controlo de treino dos atletas de AR e das Seleções Nacionais, nomeadamente na promoção dos serviços disponíveis às Federações e com a otimização dos recursos existentes;

DD/DDF

DMD/CDNJ

- Manter o prazo de entrega de relatórios de avaliação dentro dos valores estipulados;
- Implementar um Sistema de Gestão de Processos, designadamente, na elaboração de um Manual de Laboratório e na descrição, implementação e melhoria contínua dos processos.

#### **Gestão de instalações e equipamentos:**

Melhorar as condições oferecidas pelo Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ), designadamente:

- Apoio técnico às intervenções desenvolvidas nas instalações do CDNJ;
- Melhorar a gestão das instalações na perspetiva do utente na resposta ao utente com a elaboração de propostas de redistribuição de funções dos RH; atendimento e manutenção;
- Elaborar propostas visando a melhoria da qualidade física das instalações.

CDNJ /DIED

## **2. Formação e Qualificação**

A qualidade e o aumento da formação ministrada a agentes desportivos, possibilita a todos os interessados o acesso às qualificações necessárias fundamentais para se atingir um maior número de cidadãos ativos, contribuindo assim para baixar a taxa de sedentarismo, e melhorar o nível de saúde e de bem-estar.

Aumentar a eficiência e eficácia do sistema de Certificação de recursos humanos do Desporto no cumprimento do quadro legal em vigor é um dos objetivos estabelecidos, considerando as diferentes valências em termos de certificação, nomeadamente, na Formação de Treinadores, Formação de Técnicos de Fitness, Diretores Técnicos, Formação Contínua e Centro de Mergulho.

No âmbito da formação profissional, através da realização de formação modular certificada, pretende-se ir ao encontro dos jovens e responder a algumas das suas necessidades formativas. Dirigida aos jovens empregados/desempregados para o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica/empresarial e adaptabilidade dos jovens trabalhadores através de processos de *empowerment*, através da capacitação em competências transversais para a diferenciação laboral competitiva, funcionando como estímulo à iniciativa e espírito empreendedor.

Pretende-se, assim, complementar e aumentar a qualificação profissional, contribuir para a inserção ou progressão no mercado de trabalho e capacitar os jovens em idade ativa e sobretudo em situação de desemprego.

Também internamente, é objectivo do Instituto desenvolver e capacitar os recursos humanos de ferramentas de trabalho em áreas de conhecimento técnico específicas, mas também no domínio comportamental, provindo a aquisição de competências planeadas e fundamentais na gestão eficaz de equipas, nos processos de liderança e de comunicação efectiva e na gestão de conflitos ou na implementação de estratégias de motivação.

## OE2: Reforçar e valorizar competências e formação profissional

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<p><b>OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos recursos humanos</b></p>	<p><b>No âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regulamentação da formação contínua de Treinadores;</li> <li>▪ Elaboração da proposta de Portaria relativa à regulamentação da formação complementar específica;</li> <li>▪ Regulamentação da formação Contínua de Técnicos de Fitness;</li> <li>▪ Elaboração da proposta de Portaria relativa à conclusão da regulamentação da formação contínua</li> <li>▪ Regulamentação da formação obtida no estrangeiro para acesso à Cédula de Treinador;</li> <li>▪ Elaboração da proposta de Regulamento relativo à da regulamentação da formação obtida no estrangeiro;</li> <li>▪ Regulamentação da formação de Técnicos de Fitness;</li> <li>▪ Elaboração do Perfil de Formação, dos Referenciais de formação, do Referencial de RVCC e apresentação da proposta à ANQEP relativa à formação de Técnicos de Fitness;</li> <li>▪ Regulamentação da formação contínua de Treinadores;</li> <li>▪ Elaboração da proposta de Portaria relativa à regulamentação da formação complementar específica;</li> <li>▪ Regulamentação da formação Contínua de Técnicos de Fitness;</li> <li>▪ Elaboração da proposta de Portaria relativa à conclusão da regulamentação da formação contínua</li> </ul>	<p>DFQ</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regulamentação da formação obtida no estrangeiro para acesso à Cédula de Treinador;</li> <li>▪ Elaboração da proposta de Regulamento relativo à da regulamentação da formação obtida no estrangeiro;</li> <li>▪ Regulamentação da formação de Técnicos de Fitness;</li> <li>▪ Elaboração do Perfil de Formação, dos Referenciais de formação, do Referencial de RVCC e apresentação da proposta à ANQEP relativa à formação de Técnicos de Fitness.</li> </ul> <p><b>No âmbito da Formação profissional Modular:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realização dos volumes de formação (horas) previstas no programa de Formação Modular Certificada;</li> <li>▪ Realização dos procedimentos administrativos para a criação das condições necessária a execução das ações;</li> <li>▪ Planeamento das ações;</li> <li>▪ Execução e apoio à realização das ações;</li> <li>▪ Procedimentos e <i>report</i> necessário às exigências do POPH;</li> <li>▪ Realização dos volumes de formação (horas) previstas no programa.</li> </ul>	<p>DFQ/DRs/  DRH</p>
--	---	------------------------------

### 3. Juventude

Pretende-se Incentivar a cidadania e a Participação dos Jovens, promovendo o diálogo estruturado, a reflexão, o debate e implementando programas que estimulem a interação entre as diferentes instituições do espaço público e os jovens, proporcionando-lhes o conhecimento orgânico, institucional, a simulação prática das diferentes formas de decisão e construção da opinião.

Contribuir para afirmar o IPDJ como uma instituição de referência na promoção do Voluntariado Jovem e da Ocupação de Tempos Livres é um dos objetivos, implementando programas, apoiando e desenvolvendo uma rede de entidades no território nacional que possam desenvolver projetos, em várias áreas de intervenção, e que permitam responder às instituições e às populações na resolução de necessidades e problemas, ao mesmo tempo que contribuem para a capacitação dos jovens.

Em articulação com o Programa de Combate ao Desemprego Juvenil – Impulso Jovem, o IPDJ vai reforçar a sua intervenção na área do Empreendedorismo, contribuindo não só para estimular a criatividade e o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, mas também desenvolvendo

competências nos jovens e apoiando projetos de empreendedorismo no espaço associativo, cultural, social e económico.

Em 2013 pretende-se dar continuidade às intervenções na área da saúde Juvenil e promoção de estilos de vida saudáveis, contribuindo para a educação sexual dos jovens, combate à obesidade e a consumos nocivos, prevenindo comportamentos de risco e contribuindo para a formação e informação aos jovens.

Apoiar e valorizar o Associativismo Jovem e contribuir para o reconhecimento da Educação Não Formal são prioridades em 2013. Paralelamente à implementação dos tradicionais programas de apoio às atividades das associações Juvenis e estudantis, assim como às infraestruturas e equipamentos, serão implementados novos programas de incentivo ao desenvolvimento associativo através de estágios profissionais, de voluntariado e empreendedorismo associativo. Por outro lado será desenvolvido um trabalho no sentido de valorizar e reconhecer as competências adquiridas através da Educação Não Formal e a implementação de um Plano Nacional de Formação que centre a sua intervenção na capacitação dos jovens e de técnicos de Juventude.

Promover a Inclusão social dos jovens e a Igualdade de Género será outra área de intervenção em 2013.

Monitorizar os principais indicadores juvenis, ter acesso a conhecimentos mais aprofundados e extensos sobre as diferentes Juventudes, bem como sobre os Programas e diferentes formas de intervenção, é fundamental para conceber e implementar Políticas Públicas para os Jovens, para melhorar a tomada de decisão, bem como para aumentar a qualidade dos programas e da participação dos jovens. Nesse sentido, prevê-se a dinamização da área de conhecimento e investigação sobre Juventude.

### OE3: Fomentar a participação e inclusão social dos jovens com a implementação de programas

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<b>OO3. Fomentar junto dos jovens o empreendedorismo, a participação cívica, o voluntariado, a igualdade de</b>	<u>Empreendedorismo</u> Estimular a criatividade, inovação e empreendedorismo nas vertentes: cultural, económica e social no âmbito dos programas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empreende Já;</li> <li>▪ Programa Inova;</li> <li>▪ Programa Impulso Jovem: - Rede Perceção e Gestão de Negócios;</li> <li>▪ Programa Jovens Criadores.</li> </ul>	<b>DJ/DP/DA/ /DRs</b>

**género e os  
estilos de vida  
saudáveis.**

#### Cidadania e participação

Incentivar os jovens ao conhecimento e funcionamento das estruturas do poder democrático, aumentando o número de participantes e de entidades envolvidas:

- Programa Parlamento dos Jovens;
- Programa Euroescola;
- Liga de Debates.

#### Voluntariado e Tempos livres

Tornar o IPDJ numa instituição de referência na gestão e no envolvimento de jovens em projetos de voluntariado e de tempos livres, a nível nacional:

- Regulamentar e Implementar Programa e Banco de Voluntariado Jovem
- Reformular, regulamentar e implementar Programa OTL;
- Regulamentar e implementar Programa "2 ou +" (Deporto e Juventude);
- Implementar Programa "Férias em Movimento";
- Definir e gerir o processo de certificação de entidades e monitores de Campos de Férias.

#### Inclusão Social e Igualdade de Género

Potenciar a inclusão dos jovens através da atividade do movimento associativo jovem e contribuir para o desenvolvimento de Planos Nacionais, através de:

- Plataforma Jovem de Inclusão Social
- Plano Nacional para a Igualdade de Género – "Namorar com Fair Play"
- Atividades e Projetos em parceria com o programa Escolhas e Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

#### Saúde e Estilos de Vida Saudáveis

Melhorar a informação aos jovens sobre Saúde Juvenil, promovendo estilos de vida saudáveis e combatendo consumos nocivos, através de:

- Celebrar novo Protocolo no âmbito do Programa Cuidate e implementação (Unidades Móveis; Teatro-Debate; Gabinetes de Saúde; Formação);
- Linha da sexualidade Juvenil;
- Implementar a Linha do Professor.

	<p><u>Estudos sobre Juventude</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitorizar os principais índices e indicadores juvenis;</li> <li>▪ Aprofundar o conhecimento das realidades juvenis e avaliar impacto de programas para jovens através de estudos, investigação e publicações.</li> </ul>	
<p><b>OO4. Apoiar o associativismo jovem e contribuir para a valorização e reconhecimento da educação não formal</b></p>	<p><u>Associativismo</u></p> <p>Estimular o crescimento estrutural das associações juvenis ampliando a sua intervenção territorial e a diversificação da ação, nomeadamente com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Novo Regime Jurídico do Associativismo Jovem – Regulamentação dos Programas de Apoio;</li> <li>▪ Implementação dos Programas PAJ; PAE; PAI;</li> <li>▪ Regulamentação e Implementação do Programa de Incentivo ao desenvolvimento Associativo – Estágios Profissionais Passaporte Emprego;</li> <li>▪ Regulamentação e Implementação do programa de Voluntariado Associativo.</li> <li>▪ Implementar e promover o RNAJ;</li> <li>▪ Instituir Prémio de Boas Práticas Associativas;</li> <li>▪ Celebrar e Promover o Dia do Associativismo.</li> </ul> <p><u>Educação não-formal</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar Plano Nacional de Formação;</li> <li>▪ Implementar Programa Formar;</li> <li>▪ Definir modelo de validação de competências e estrutura operativa;</li> <li>▪ Regulamentar e implementar o processo de certificação do Pessoal Técnico de Campos de Férias e de Entidades Formadoras.</li> </ul>	<p>DJ/DP/DA/  DRs</p>

#### 4. Ética no desporto

##### **Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED)**

Tendo sido concluída em 2012 a primeira fase do PNED, em que se deu destaque à sua apresentação e divulgação, em 2013 inicia-se uma segunda fase, que será a fase da consolidação do PNED, através da concretização dos diferentes eixos e ações.

O PNED tem por objetivo estimular e promover iniciativas, sobretudo juntos dos jovens e crianças, que permitam vivenciar os valores éticos no âmbito do desporto/prática desportiva, tais como a verdade, a cooperação, o respeito, a solidariedade, a tolerância, a interajuda, entre outros.

Hoje o desporto atravessa transversalmente toda a sociedade ao ponto de muitos autores o considerarem como o espelho da sociedade, com o seu tipo de funcionamento, com as suas crises e contradições e também os seus sonhos e as suas esperanças.

É tido como uma ferramenta de progresso social, um género de “Escola Paralela” com alta vocação para a promoção da saúde, para o bem-estar físico e psicológico e assimilação e vivência de valores éticos tão necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais profícua.

Por isso mesmo o desporto tem tido uma procura crescente, nos seus diferentes âmbitos, por pessoas de todas as idades e é hoje um desígnio importante nas Políticas dos Governos, nas Organizações Humanitárias, nas Empresas, nas Escolas, etc.

Em resumo, estamos convictos que a prática desportiva/desporto é um excelente veículo para a transmissão de hábitos saudáveis de vida e de valores éticos que, transportados para a vida quotidiana, podem produzir significativas alterações no modo como atualmente a sociedade é vivida - Uma sociedade em permanente mudança e particularmente desgastante, pautada pela escassez de tempo, a competitividade feroz no trabalho, o *stress* diário das grandes urbes e os perigos que alguns grupos sociais incorrem, sobretudo os mais novos, como a droga, o crime organizado e o isolamento social que advêm das novas tecnologias como os videojogos, a Internet, etc.

### **Programa Nacional Antidopagem**

Em 2013, pretende-se continuar a implementar uma política de controlos inteligentes, caracterizada pela realização de controlos fora de competição em momentos considerados de maior risco e envolvendo tipos de amostras e de menus de substâncias a detetar (EPO, CERA, hormona do crescimento) ou metodologias de análise (por exemplo o Passaporte Biológico ou a deteção por IRMS) adequadas a cada caso específico. Esta estratégia, recorrendo aos indicadores disponibilizados pelo Sistema de Gestão da Qualidade da Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem (ESPAD), tem subjacente a ideia de que mais importante do que se realizar um número crescente de controlos de dopagem, com a recolha de um número crescente de amostras orgânicas, é a realização de controlos que cumpram os objetivos acima referidos.

Durante o ano de 2013, a ADoP tem como objetivo uma ainda maior racionalização dos custos inerentes à implementação do Programa Nacional Antidopagem, tendo sido tomadas, ainda no ano de 2012 e após ouvido o Conselho Nacional Antidopagem, diversas decisões visando esse objetivo. Foram redefinidos os critérios inerentes ao cálculo do número de amostras recolhidas em cada uma das modalidades desportivas e a distribuição das diversas modalidades desportivas pelos três grupos de risco, de forma a diminuir o número de amostras a recolher em competição e

a aumentar o número de amostras a recolher fora de competição, principalmente aquelas que se enquadram na estratégia dos controlos de dopagem inteligentes.

Esta estratégia visa igualmente transferir recursos financeiros que atualmente estão afetos à realização dos controlos de dopagem para dar resposta às necessidades de modernização do Laboratório de Análises de Dopagem (LAD), através da aquisição de novos equipamentos que possam substituir por um lado alguns equipamentos que já ultrapassaram o tempo útil de vida e, por outro lado, aumentar a sensibilidade dos métodos de deteção com o objetivo de otimizar o seu Sistema de Gestão da Qualidade.

No âmbito da Campanha “JUNTOS será+fácil”, a ADoP pretende no ano de 2013 aumentar a visibilidade das suas iniciativas, não só pela criação de uma página autónoma na Internet, mas também através da publicação de uma *newsletter* e do fortalecimento da parceria com o Programa Nacional de Ética no Desporto (PNED). Por outro lado, pretende-se intensificar o número de parcerias com outras entidades, dado que a luta contra a dopagem não é uma tarefa de alguns, mas antes uma tarefa de todos.

**OE4. Promover a valorização da cidadania e da ética no desporto, procurando erradicar comportamentos antissociais e ilegais.**

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<p><b>OO5. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem</b></p>	<p><u>Formação/Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ações de formação e de sensibilização, que desejamos ir ao encontro do nosso público-alvo (população em idade escolar), bem como, dos diferentes agentes desportivos, com o fundamento na educação para os valores, sendo que a formação tem um papel fundamental na concretização da missão do PNED.</li> </ul> <p><u>Prática Desportiva</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Focalizaremos a nossa ação nos eventos desportivos promovidos pelo Movimento Federativo, Associativo, Câmaras Municipais, entre outras entidades – públicas ou privadas, para além de grandes eventos pontuais que se irão realizar. Neste aspeto é de referir a parceria entre o PNED e Guimarães Capital Europeia do Desporto 2013, tendo em vista a implementação de um conjunto de ações.</li> </ul>	<p><b>PNED/DRs</b></p>

### Publicações, Investigação e Plataformas Digitais

- Desejamos dar continuidade à edição de publicações no âmbito da coleção “Ética no Desporto” em parceria com as Edições Afrontamento; Património Oral da Ética no desporto (Estórias de Vida) e o código de ética para os agentes desportivos;
- Iremos reformular o Site e continuar a dinamizar o *Facebook* do PNED, como plataformas fundamentais na divulgação do PNED;
- A Newsletter como forma de comunicarmos com a vasta lista de personalidades e entidades ligadas ao PNED.

### Concursos

- Dar continuidade aos concursos lançados em 2012, destacando os concursos da “Imprensa escrita”, uma parceria com o CNID; O concurso “Ética na Vida e no Desporto” com o jornal a Bola, O Desporto Escolar e o COP; o Concurso de Escultura: Troféu Ética no Desporto, em parceria com a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, bem como lançar novos concursos. Este eixo revela-se numa forma pedagógica, de fazer chegar a temática da ética desportiva aos diferentes públicos.

### Campanhas

- Consolidação de algumas iniciativas já existentes, tais como: a rubrica “Desporto com valores” no jornal Record, onde individualidades da comissão de Honra e embaixadores PNED são convidados a escrever sobre esta temática;
- Dar continuidade à iniciativa da Visão Júnior “O que farias se...”;
- Espaço do Provedor da Ética no Desporto no jornal a Bola *online*.
- Lançamento de novas campanhas, uma na rádio e outra em TV, a saber: um programa semanal na Antena 1 “Move-te por valores” e uma campanha em TV dedicada aos pais, com a parceria da Escola Superior de Comunicação Social.

### Campanha "JUNTOS SERÁ + FÁCIL"

- Realização de parcerias com entidades externas à ADoP - interações inovadoras lançadas no âmbito da campanha;
- Produção de um manual com informação relativa à Luta contra a Dopagem no desporto a disponibilizar às Federações Desportivas, versão 2013;
- Lançamento de um sítio na internet dedicado à Luta contra a Dopagem no desporto.

### Modernização do ESPAD:

- Renovação da certificação de 5 processos do Sistema de Gestão da Qualidade da ESPAD de acordo com a Norma ISO 9001;
- Elaboração de "Newsletter" semestral para a divulgação das atividades da ADoP, nomeadamente as de carácter inovador.

### Controlos de Dopagem:

- Aumento das ações de controlo de dopagem inteligentes e racionalização dos controlos de dopagem em competição.

### Otimização das atividades laboratoriais:

- Redução do prazo de entrega de resultados;
- Melhoria da capacidade de deteção analítica através do reequipamento do LAD com novas tecnologias de deteção;
- Aumento da capacidade analítica para amostras de sangue (Passaporte Biológico, Hormona do Crescimento e CERA).

### Melhoria do sistema de gestão da qualidade:

- Obtenção de certificado de acreditação emitido pelo IPAC e AMA relativo à acreditação de dois novos métodos/ensaios no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC até ao final do ano de 2013. Desempenho do LAD nos ensaios interlaboratoriais organizados pela AMA, IMIM (*Institut Municipal d'Investigació Médica*) e CSCQ (*Centre Suisse de Controle de Qualité*).

ADoP/ESPAD

ADoP/LAD

## 5. Gestão e Sustentabilidade Financeira

A definição deste objetivo estratégico tem em vista, essencialmente, alcançar o equilíbrio orçamental do IPDJ,IP no curto prazo, com reflexos numa alteração a nível estrutural que viabilize o equilíbrio de longo prazo, através da racionalização/redução de custos e do aumento das receitas próprias.

A sua eficácia baseia-se, antes de mais, em garantir o pagamento atempado aos fornecedores, para tal, optou-se pela identificação de medidas concretas a ser adotadas apresentando-se, quando exequível, uma quantificação do impacto financeiro das mesmas.

Daqui resulta, desde logo, uma necessidade de monitorização da implementação das referidas medidas, atenta a difícil conjuntura económico-financeira atual o que só será alcançado com um permanente e rigoroso acompanhamento dos desvios e dos resultados obtidos com tais medidas e com a intervenção imediata no sentido de tomar as necessárias medidas corretivas.

### OE5: Garantir a sustentabilidade financeira

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
OO6. Redução da dívida a terceiros a mais de 90 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de ações de planeamento, monitorização e avaliação das aquisições de bens e serviços e adoção das melhores práticas em matéria de contratação pública;</li> <li>- Adoção de procedimentos abertos à concorrência, como o lançamento de concursos públicos para aquisição de bens e serviços, e/ou consulta no mínimo a 3 fornecedores;</li> <li>- Implementação e monitorização de procedimentos de controlo interno;</li> </ul> <p>Realização de auditorias externas na área dos apoios financeiros ao movimento associativo, juvenil e desportivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a gestão e manutenção das infraestruturas e equipamentos a nível regional, contribuindo para a eliminação/diminuição das despesas correntes através de:</li> </ul>	<p>DRHFP/DRs/ ADoP/Jamor/DMD/ DDF/DJA</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diagnósticos de necessidades de intervenção;</li> <li>▪ Abate e cedência de equipamentos em desuso;</li> <li>▪ Implementação, monitorização e controle de gastos;</li> <li>▪ Otimização dos recursos através da redução das despesas correntes (nomeadamente, eletricidade, água e combustível).</li> <li>▪ Avaliação/redução dos contratos de manutenção em vigor ao nível dos serviços prestados ao IPDJ (Serviços Centrais e Regionais).</li> </ul>	
<p><b>OO7. Promover medidas para aumentar a arrecadação da receita própria</b></p>	<p>Aumentar a arrecadação da receita:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Intercomunicabilidade das aplicações através do sistema <i>webservice on real time</i> aplicável ao <i>software</i> de faturação CGESP XXI e contabilidade SIAG;</li> <li>▪ Desenvolvimento de diligências acrescidas tendo em vista a recuperação de dívida em atraso de terceiros;</li> <li>▪ Rentabilização dos espaços no aluguer de instalações;</li> <li>▪ Aumento da cobrança de taxas na emissão de títulos profissionais no âmbito do desporto;</li> <li>▪ Aumento da cobrança de taxas de vistorias a parques aquáticos e contraordenações.</li> </ul>	<p><b>DRF/CDNJ/DIET</b></p>

## ÁREAS DE INTERVENÇÃO TRANSVERSAIS

### Informação e Comunicação

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<p>O1. Aumentar a Notoriedade do IPDJ - junto dos Stakeholders -, do Museu e da Biblioteca</p>	<p><b>Stakeholders:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Produção, organização e/ou divulgação de ações/eventos, seminários;</li> <li>▪ Criação de processos de registo de participantes de avaliação das ações;</li> </ul> <p><b>Museu e Biblioteca:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Produção, organização e/ou divulgação de ações/eventos, seminários e tertúlias;</li> <li>▪ Propor mecanismos de divulgação e notoriedade (página web/ publicações culturais, etc.);</li> <li>▪ Mecanismos de divulgação e notoriedade (página web).</li> </ul> <p><b>Público Jovem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção e elaboração de <i>dossiers</i> pedagógicos e material didático, para instituições de ensino;</li> <li>▪ Promoção e organização de ações e eventos direcionados para os jovens;</li> <li>▪ Elaboração de questionários de satisfação.</li> </ul>	<p>DICRI/Museu /Biblioteca</p>
<p>O2. Assegurar a qualidade da informação multicanal (presencial, telefónico e</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ No âmbito da Carta Europeia de Informação aos Jovens e à Recomendação CM/Rec(2010)8 do Comité de Ministros do Conselho da Europa, monitorização a realizar no final de cada semestre;</li> <li>▪ Promover e participar na organização de ações de</li> </ul>	<p>DICRI</p>

internet)	<p>formação dirigidas aos técnicos de informação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Verificação das reclamações apresentadas relacionadas com os serviços de informação.</li> </ul>	
O3. Potenciar a intervenção internacional do IPDJ	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação e controlo de processos com as propostas de parceiros;</li> <li>▪ Realização e participação em eventos internacionais;</li> <li>▪ Detecção de oportunidades com a participação de outras Unidades Orgânicas.</li> </ul>	DICRI/UOs
<b>Lojas Ponto JA:</b>		
O4. Dinamizar a estratégia de comunicação e informação ao nível das Lojas Ponto JA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de conteúdos e produção de suportes de informação e comunicação;</li> <li>▪ Desenvolvimento e acompanhamento de iniciativas próprias e em parceria (ambiente interno de loja e ambiente externo).</li> </ul>	Lojas/DRs
O5. Potenciar a aptidão técnica do pessoal afeto às Lojas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover e participação do pessoal que desempenha funções nas Lojas Ponto JÁ em ações de formação e sensibilização.</li> </ul>	

## RECURSOS HUMANOS

O IPDJ, I.P. tem previsto para 2013 um total de 493 efetivos, sendo as carreiras/categorias mais representativas as de assistente técnico e de técnico superior.

No que respeita aos dirigentes superiores o IPDJ, I.P. dispõe de 5, ou seja, 1 dirigente superior de 1.º grau e 4 dirigentes superiores de 2.º grau (1 Vice-presidente, 2 vogais e o presidente da ADoP).

Para prosseguimento das suas atribuições e tendo em conta a especificidades das funções, nomeadamente na área da saúde e do desporto, o IPDJ, I.P. mantém, em 2013, contratos de prestação de serviço, na modalidade de tarefa e avença (no total de 106), que se prevê serem reduzidos concomitantemente à abertura de procedimentos concursais, conforme postos de trabalho criados para 2013.

Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermediários	Investigador Coordenador	Docentes	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	Técnicos de Informática	Especialistas de Informática	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Total Postos de Trabalho orçamentados em 2013
5 (a)	34 (b)	1	7	4	3	13	7	2	177	180	60	493

Fonte: Mapas anexos à proposta de orçamento 2013.

Notas: a) Inclui o Presidente da ADoP. B) Inclui 2 chefes de equipa multidisciplinar.

Ao nível da gestão de recursos humanos é de referir como prioridades para 2013, a conclusão dos procedimentos concursais para dirigentes e o lançamento de concursos para as carreiras especiais na área da saúde, tendo em vista a dotação de recursos especializados e a redução das avenças.

Será ainda prioritário o desenvolvimento de formação e qualificação de recursos humanos, quer pelo desenvolvimento do Programa Operacional de Potencial Humano, o qual abrangerá um total de 57 ações de formação (1358 horas de formação), como pela procura de parcerias e programas de formação que vão de encontro às necessidades do organismo.

Ao nível dos recursos humanos pretende ainda fomentar-se como linha orientadora da sua actividade, a simplificação dos processos e a qualidade nos serviços prestados, nomeadamente pela elaboração de manuais de procedimentos e notas internas.

## RECURSOS FINANCEIROS

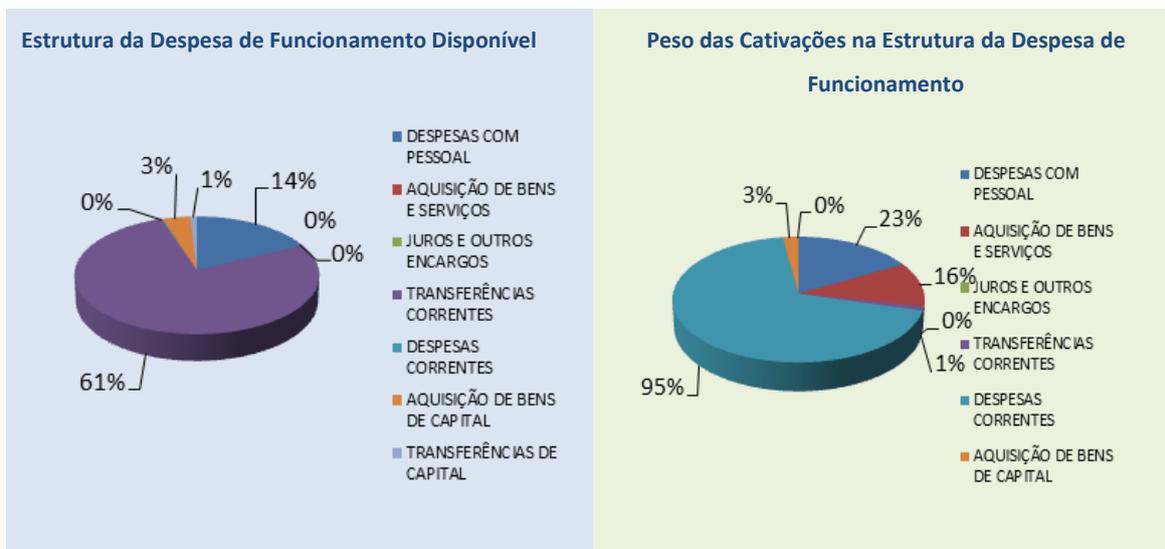
O orçamento inicial do IPDJ, IP era de € 73.474.134, o qual foi objeto de cativação por força da Lei do OE para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro) no montante de 6.933.625 euros, e ainda por indicação da PCM, enquanto entidade coordenadora do programa orçamental Governação e Cultura, também resultou uma redução da despesa no montante 665.405 euros. Neste contexto, o IPDJ, IP apresenta para o ano de 2013 um orçamento disponível que ascende a 65.875.104 euros.

RECEITAS ORIGEM EM:	Receita Orçamentada	Peso Relativo	DESPESA:	ORÇAMENTO Inicial	Cativações *	ORÇAMENTO Disponível	Peso Relativo
			<b>FUNCIONAMENTO</b>	<b>66.474.134</b>	<b>6.549.030</b>	<b>59.925.104</b>	<b>91%</b>
OE	11.186.479	15%	DESPESAS COM PESSOAL	12.047.300	2.801.981	9.245.319	14%
Receitas Próprias:	61.496.053	84%	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	9.121.207	1.439.821	4.000	0%
Jogos - Apostas Mutuas	48.779.253	66%	JUROS E OUTROS ENCARGOS	4.000	0	4.000	0%
Multas	70.900	0%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.921.619	600.000	40.321.619	61%
Vendas	5.194.900	7%	DESPESAS CORRENTES	1.735.208	1.641.823	93.385	0%
Outras Receitas	150.000	0%	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.144.800	65.405	2.079.395	3%
Transferências Correntes - Estado	3.295.000	4%	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	500.000	0	500.000	1%
Transferências de Capital	4.005.000	5%					
Receitas de Capital - Indemnizações	1.000	0%	<b>INVESTIMENTO - PIDDAC:</b>	<b>7.000.000</b>	<b>1.050.000</b>	<b>5.950.000</b>	<b>9%</b>
Receita Comunitária:	801.263	1%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.120.000	400.000	2.720.000	4%
Transferências Correntes - Estado	801.263	1%	DESPESAS CORRENTES	175.000	175.000	0	0%
		0%	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.071.250	393.750	2.677.500	4%
		0%	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	633.750	81.250	552.500	1%
<b>Total Geral</b>	<b>73.483.795</b>	<b>100%</b>		<b>73.474.134</b>	<b>7.599.030</b>	<b>65.875.104</b>	<b>100%</b>

\* As cativações incluem a redução da despesa em 1% por indicação da Presidência de Conselho de Ministros

Fonte: Mapas do Orçamento do IPDJ, I.P.e cativações resultantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

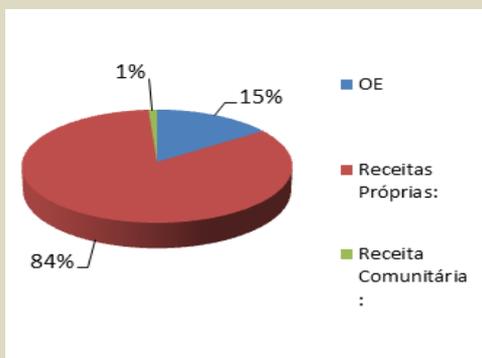
Da análise do quadro supra, verifica-se que as receitas do OE, do orçamento de funcionamento, não chegam sequer para suportar os encargos resultantes das despesas com o pessoal.



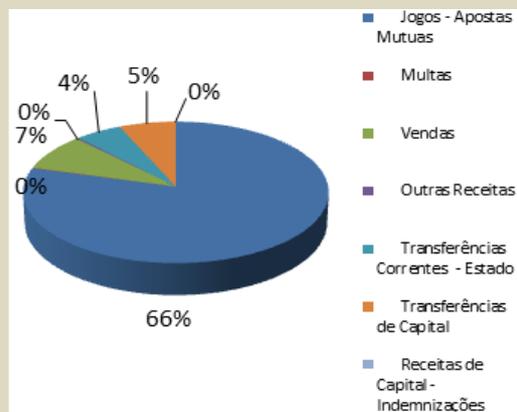
Fonte: Fonte: Mapas do Orçamento do IPDJ, I.P.e cativações resultantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

As receitas próprias constituem a principal fonte de receita, representando, sensivelmente, 84% do valor total do orçamento da receita.

### Estrutura do Orçamento de Receita



### Estrutura do Orçamento de Receita Própria



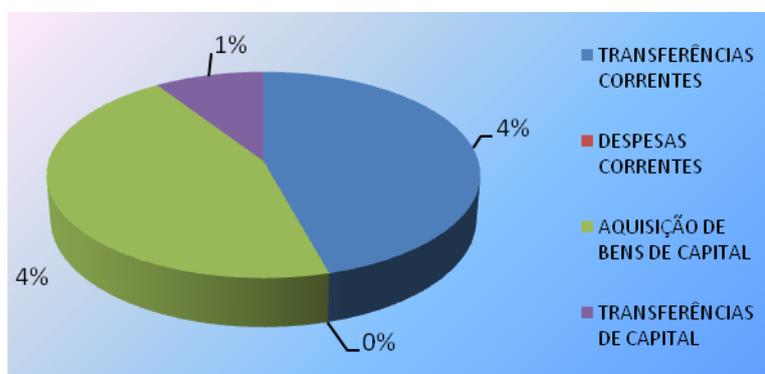
Fonte: Mapas do Orçamento do IPDJ, I.P.e cativações resultantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

No que se refere ao investimento foram inscritos no orçamento inicial 5 projetos, no montante de € 7000.000.000, os quais foram objeto de cativação, até ao momento, no montante de € 1.050.000, pelo que o valor disponível ascende apenas a € 5.950.000.

Identificação do Projeto	Dotação inicial
Beneficiação do Complexo Desportivo do Jamor	2.500.000,00
Apoio às Associações de Jovens	650.000,00
Pousadas da Juventude	250.000,00
Projeto Olimpico - Rio de Janeiro 2016	3.200.000,00
Aquisição de equipamento para o LAD e CMD	400.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.000.000,00</b>

Fonte: Mapas do Orçamento do IPDJ, I.P.e cativações resultantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

### Estrutura da Despesa de Investimento Disponível



## INFRAESTRUTURAS

O IPDJ, I.P dispõe de diversas infraestruturas desportivas, sendo que o Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ) reúne a maior parte das instalações desportivas para a prática de várias modalidades, instalações de apoio a atletas, nacionais e estrangeiros, e áreas para a prática atividade física e de lazer.

Durante o ano de 2012 foram realizadas as empreitadas e outras intervenções de manutenção e reabilitação e procedeu-se à aquisição de equipamento desportivo e material diverso, fundamental ao funcionamento do centro.

Para o ano de 2013 prevê-se a continuidade da melhoria e modernização das instalações no CNDJ, nomeadamente, na Carreira de Tiro, no Estádio de Honra, Campo de Golfe, Complexo de Piscinas, na Nave de Atletismo, Ténis Cobertos e da Pista de Atividades Náuticas.



## INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS

Tendo em consideração a fusão dos Institutos que ocorreram no ano findo, no qual resultou uma única divisão de Infraestruturas Tecnológicas, é premente, em 2013, redimensionar todos os Sistemas de Informação, o que passará pela integração aplicacional dos diferentes softwares dos ex-IDP e ex-IPJ, pela junção das várias AD (árvores de diretórios de computadores e utilizadores) através da sua gradual migração para garantir a continuidade de serviços, pela unificação das comunicações de dados e voz tendo em vista alcançar uma redução de custos e uma mais eficiente de gestão das mesmas e finalmente pelo reajuste e redimensionamento das tecnologias infraestruturais e informacionais (hardware, software, comunicações), a fim de dotar a equipa técnica de conhecimentos técnicos necessários a esta nova realidade.

## ANEXO I – QUAR IPDJ, I.P.

											
<b>ANO:2013</b>											
<b>MINISTÉRIO:</b> Presidência do Conselho de Ministros											
<b>SERVIÇO:</b> Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.											
<b>MISSÃO:</b> Execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.											
<b>VISÃO:</b> Ser uma organização de reconhecida referência nacional e internacional no desenvolvimento de políticas públicas para as áreas do desporto e juventude.											
<b>Objectivos Estratégicos</b>											
DESIGNAÇÃO											
OE 1. Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais											
OE2. Reforçar e valorizar competências e formação profissional											
OE3. Fomentar a participação e inclusão social dos Jovens com a implementação de programas											
OE4. Promover a valorização da cidadania e da ética no desporto, procurando erradicar comportamentos antissociais e ilegais											
OE5. Garantir a sustentabilidade financeira											
<b>Objectivos Operacionais</b>											
<b>Eficácia</b> <span style="float: right;">40%</span>											
OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais. <span style="float: right;">30%</span>											
	INDICADORES	2011	2012[E]	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 1	Nº de participantes no Programa Marcha e Corrida	19.000	20.000	35.000	500	37.000	25%				
Ind. 2	Nº avaliações e controlos de treino	3.542	4.500	3.600	200	4.000	25%				
Ind. 3	Nº total de exames médico-desportivos, consultas e tratamentos	23.550	25.000	23.500	250	24.000	25%				
Ind. 4	Nº de Parcerias Institucionais		6	10	0	12	25%				
OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos Recursos Humanos. <span style="float: right;">25%</span>											
	INDICADORES	2011	2012[E]	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 5	Nº de certificados emitidos	16.853	22.000	23.500	250	24.000	30%				
Ind. 6	Prazo de regulamentação das diferentes vias de obtenção do Título de Treinador			31-12-2013	0	31-10-2013	40%				
Ind. 7	Nº de horas de formação modular certificada			10.000	500	11.000	30%				
OO3. Fomentar junto dos Jovens o Empreendedorismo, a Participação Cívica, o Voluntariado, a Igualdade de Género, a Ocupação de Tempos livres e os Estilos de Vida Saudáveis <span style="float: right;">25%</span>											
	INDICADORES	2011	2012[E]	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 8	Nº de jovens participantes nos Programas		68.510	124.600	6.230	135.500	70%				
Ind. 9	Nº de entidades envolvidas nos Programas		1.000	1.431	0	1.450	30%				
OO4. Apoiar o Associativismo Jovem e contribuir para a valorização e Reconhecimento da Educação Não Formal <span style="float: right;">20%</span>											
	INDICADORES	2011	2012[E]	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 10	N.º total de Associações de jovens inscritas no RNAJ.		1.002	1.020	15	1.050	20%				
Ind. 11	Nº de entidades envolvidas e apoiadas em Programas e iniciativas associativas		1.000	4.406	50	4.500	30%				
Ind. 12	Nº de Jovens envolvidos em programas e iniciativas associativas apoiadas pelo IPDJ		1.000	1.200	50	1.260	50%				

**Eficiência** 30%

**OO6. Redução da dívida a terceiros a mais de 90 dias** 70%

INDICADORES		2011	2012[E]	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 13	Percentagem de redução da dívida			10%	3%	20%	50%				
Ind. 14	Emissão de normas internas para redução da dívida			3	1	5	50%				

**OO7. Promover medidas para aumentar a arrecadação da receita própria** 30%

INDICADORES		2011	2012[E]	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 15	Percentagem de processos de contra-ordenações iniciados e concluídos até 31-12-2013			10%	5%	20%	35%				
Ind. 16	Nº de iniciativas de divulgação e promoção das instalações do IPDJ			20	0	25	30%				
Ind. 17	Nº de vistorias realizadas a parques aquáticos e recintos desportivos			4	0	6	35%				

**Qualidade** 30%

**OO5. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem** 100%

INDICADORES		2011	2012[E]	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 18	Nº de iniciativas de promoção realizadas sobre a temática da ética no desporto		5	5	1	7	25%				
Ind. 19	Nº de métodos / ensaios acreditados no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC			3	0	4	25%				
Ind. 20	Nº de processos da ESPAD certificados com a Norma ISO 9001			5	0	6	25%				
Ind. 21	Nº de intervenções inovadoras lançadas no âmbito da campanha "Juntos Será + Fácil"		3	3	0	4	25%				

**NOTA EXPLICATIVA**

**JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS**

**AVALIAÇÃO GLOBAL**

**Eficácia**

OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais.

OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos Recursos Humanos.

OO3. Fomentar junto dos Jovens o Empreendedorismo, a Participação Cívica, o Voluntariado, a Igualdade de Género, a Ocupação de Tempos livres e os Estilos de Vida Saudáveis

OO4. Apoiar o Associativismo Jovem e contribuir para a valorização e Reconhecimento da Educação Não Formal

**Eficiência**

OO6. Redução da dívida a terceiros a mais de 90 dias

OO7. Promover medidas para aumentar a receita própria

**Qualidade**

OO5: Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem

### Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	Recursos Planeados	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	5	20	100		100
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	34	16	544		544
Coordenador Científico	1	16	16		16
Técnicos Superior - (inclui especialistas de informática)	186	12	2.232		2.232
Médicos	4	12	48		48
Enfermeiros	3	12	36		36
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	13	12	156		156
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	187	8	1.496		1.496
Assistente operacional	60	5	300		300
<b>TOTAL</b>	<b>493</b>	<b>113</b>	<b>4.928</b>	<b>0</b>	<b>4.928</b>

### Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	66.474.134 €		
Despesas com pessoal	12.047.300 €		
Aquisição de Bens e Serviços	9.121.207 €		
Outras Despesas Correntes	45.305.627 €		
PIDDAC	7.000.000 €		
Outros valores			
<b>TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>73.474.134 €</b>		

### Indicadores: Fontes de Verificação

Ind. 1	Nº de participantes no Programa Marcha e Corrida	Relatório do programa
Ind. 2	Nº avaliações e controlos de treino	Relatório Mensal
Ind. 3	Nº total de exames médico-desportivos, consultas e tratamentos	Base de dados GESPXXI
Ind. 4	Nº de Parcerias Institucionais	Correio eletrónico / Gestão Documental
Ind. 5	Nº de certificados emitidos	Plataforma Informática PRODESORTO
Ind. 6	Prazo de regulamentação das diferentes vias de obtenção do Título de Treinador	Publicação dos regulamentos, despachos ou portarias
Ind. 7	Nº de horas de formação modular certificada	Relatório
Ind. 8	Nº de jovens participantes nos Programas	Relatório
Ind. 9	Nº de entidades envolvidas nos Programas	Relatório
Ind. 10	N.º total de Associações de jovens inscritas no RNAJ.	Aplicação Informática
Ind. 11	Nº de entidades envolvidas e apoiadas em Programas e iniciativas associativas	Relatório
Ind. 12	Nº de Jovens envolvidos em programas e iniciativas associativas apoiadas pelo IPDJ	Relatório
Ind. 13	Porcentagem de redução da dívida	SIAG
Ind. 14	Emissão de normas internas para redução da despesa	iPortal
Ind. 15	Porcentagem de processos de contra-ordenações iniciados e concluídos até 31-12-2013	iPortal e SIAGAP
Ind. 16	Nº de iniciativas de divulgação e promoção das instalações do IPDJ	iPortal
Ind. 17	Nº de vitórias realizadas a parques aquáticos e recintos desportivos	Relatório
Ind. 18	Nº de iniciativas de promoção realizadas sobre a temática da ética no desporto	Relatórios de atividades (seminários, workshops, ações de informação e formação)
Ind. 19	Nº de métodos / ensaios acreditados no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC	Certificado de Acreditação emitido pelo IPAC
Ind. 20	Nº de processos da ESPAD certificados com a Norma ISO 9001	Certificados emitidos
Ind. 21	Nº de intervenções inovadoras lançadas no âmbito da campanha "Juntos Será + Fácil"	Documentação elaborada/Parcerias realizadas